



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE BONITO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de podas e supressão de árvores de acordo com as normas e orientações realizadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA.

(x) Natureza Comum

() Natureza Especial

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	Qtde.
01	Serviço de poda e remoção do material podado em área urbana	Unid.	148
02	Serviço de supressão e remoção do material cortado em área urbana	Unid.	25

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto n.º 14, de 02 de fevereiro de 2024.

1.3. Os serviços desta contratação são caracterizados como comuns, conforme elementos constantes no Estudo Técnico Preliminar.

2. VIGÊNCIA DO CONTRATO:

2.1. A vigência é de 12 (doze) meses, contados da publicação no sítio eletrônico oficial e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) (art. 94, caput e inciso II, da Lei nº 14.133/2021), podendo ser prorrogado, na forma do art. 107, da Lei nº 14.133/2021.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

3.1. "Considerando a necessidade de garantir a segurança da comunidade e das estruturas públicas e privadas em conformidade com as disposições legais pertinentes, a contratação dos serviços de poda e supressão de árvores se justifica com base na LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012, que autoriza intervenções em vegetação nativa para esse fim específico. Dessa forma, a realização de podas se faz necessária para mitigar os riscos associados a árvores em condições de alto risco, preservando a integridade das áreas urbanas e garantindo o bem-estar da população."

3.2. É importante ressaltar que esta é apenas uma ilustração e que a escolha do artigo específico a ser citado na fundamentação da contratação deve ser feita com base na legislação local aplicável e nas diretrizes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Bonito/MS.

3.3. A Lei Complementar nº 087, de dezembro de 2010, do Estado de Mato Grosso do Sul, aborda questões relacionadas à supressão e poda de vegetação de porte arbóreo em vias e logradouros públicos. Abaixo estão os artigos 78 e 79 dessa lei, que tratam especificamente dessas questões.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL MUNICÍPIO DE BONITO

3.4. Art. 78: "É atribuição exclusiva do poder público municipal, através do seu setor competente, podar ou cortar árvores da arborização pública."

3.5. Art. 79: "A supressão ou poda de árvore em vias ou logradouros públicos só poderá ser autorizada nas seguintes circunstâncias:

- I. Em terrenos a serem edificados, quando o corte for indispensável à realização da obra, a critério do órgão municipal;
- II. Quando o estado fitossanitário da árvore justificar;
- III. Quando a árvore ou parte desta apresentar risco iminente de queda;
- IV. Nos casos em que a árvore esteja causando comprovados danos permanentes ao patrimônio público ou privado;
- V. Nos casos em que a árvore constitua obstáculos fisicamente incontornáveis ao acesso de veículos;
- VI. Quando o plantio irregular ou a propagação espontânea de espécies arbóreas impossibilitando o desenvolvimento adequado de árvores vizinhas;
- VII. Quando se tratar de espécies invasoras, com propagação prejudicial comprovada."

3.6. Essas legislações estabelecem as condições e os critérios nos quais a supressão ou poda de árvores em vias e logradouros públicos pode ser autorizada, atribuindo essa competência exclusivamente ao poder público municipal e estabelecendo as circunstâncias nas quais essas intervenções são permitidas.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

4.1. A realização dos serviços de poda e supressão de árvores de forma segura, eficiente e em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMA, visando à preservação do meio ambiente e à segurança da comunidade e das estruturas públicas e privadas.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

5.1 As podas e supressões devem ser orientadas e acompanhadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

5.2 Roteiro de podas proposto no mês será repassado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMA até dia 10 (dez) de cada mês subsequente ao mês de contratação do serviço;

5.3 Empresa contratada é responsável pelo recolhimento e disposição regular dos galhos e restos de poda no local adequadamente destinado para receber esse tipo de resíduo (Aterro de Podas e Construção Civil);

5.4 Emissão do Relatório Mensal de serviços prestados em relação às árvores previamente determinadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMA.

5.5 O relatório deverá contemplar:

5.5.1 Quantidade de árvores que foram podadas/suprimidas no período (últimos 30 dias);

5.5.2 Localização das árvores podadas/suprimidas, podendo ser relatada via relatório escrito ou foto;

5.5.3 Registro fotográfico do antes e depois do serviço realizado utilizando imagens datadas e georreferenciadas;



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL MUNICÍPIO DE BONITO

- 5.5.4** Registro fotográfico da disposição final adequado do material gerado pela poda e supressão;
- 5.5.5** Entrega do Relatório devidamente assinado pelo responsável da empresa à Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

- 6.1** A licitante vencedora deverá:
 - 6.1.1** Providenciar todo o material necessário, devendo sanar imediatamente quaisquer faltas apontadas pela fiscalização.
 - 6.1.2** Executar o serviço através de pessoas idôneas, tecnicamente capacitadas.
 - 6.1.3** Dar ciência à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços, mesmo que estes não sejam de sua competência;
 - 6.1.4** Responsabilizar-se por quaisquer danos causados a patrimônios públicos e privados diante de algum erro operacional durante a execução do serviço, desde que comprovada sua responsabilidade.
 - 6.1.5** Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
 - 6.1.6** Utilizar materiais de primeira linha e equipamentos de proteção individual (EPI) para realização dos serviços contratados.
 - 6.1.7** Todas as despesas e custos relativos à execução do(s) serviço(s), como manutenção e respectivas adaptações ou quaisquer despesas decorrentes de impostos, encargos sociais, ou outros custos de obrigações trabalhistas e previdenciárias que recaiam sobre os serviços contratados, correrão por conta exclusiva da licitante vencedora sem qualquer ônus ou solidariedade por parte do Município.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA:

- 7.1.** Os serviços deverão ser executados e os relatórios pertinentes devem ser entregues à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, incluindo relatórios fotográficos.
- 7.2.** A contratada deverá submeter à Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMA um relatório de planejamento dos serviços, a serem executados em cada mês, informando a quantidade e local das árvores, a ser realizada a manutenção, para emissão da autorização de poda/supressão emitida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA.
- 7.3.** Os materiais, equipamentos, mão de obra e demais encargos necessários para a execução dos serviços serão fornecidos pela empresa vencedora da licitação.
- 7.4.** Carregamento e destinação final adequada dos resíduos gerados pelas podas e supressões.
- 7.5.** Todos os serviços serão supervisionados, fiscalizados e acompanhados diretamente, durante toda a execução do contrato, pelos profissionais da Secretaria Municipal Meio Ambiente, que terão acesso a todas as informações e andamento das etapas.
- 7.6.** A ausência ou omissão da fiscalização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente não eximirá a Licitante vencedora das responsabilidades previstas neste contrato.

8. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL MUNICÍPIO DE BONITO

8.1. O pagamento será no prazo estabelecido no Decreto nº 232, de 11 de julho de 2025, mediante apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, devidamente atestada, juntamente das certidões de regularidade fiscal em plena validade, previstas na Lei 14.133/2021.

8.2. A Contratada deverá obrigatoriamente encaminhar os seguintes documentos quando da execução dos serviços:

8.2.1. Nota Fiscal ou documento equivalente gerada de acordo com o fornecimento dos serviços executados entregues na Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço;

8.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.2.3. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

8.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal (ISSQN), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa proponente na forma da Lei;

8.2.5. Certidão Negativa ou Positiva (com efeito suspensivo) de Débitos Gerais, o município que não prover da certidão de débitos gerais, o licitante deverá apresentar certidão negativa de débitos imobiliários e mobiliários;

8.2.6. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

8.2.7. A falta de um dos documentos dispostos na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações poderá implicar no não recebimento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

9.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de um procedimento na modalidade por dispensa de licitação, com a adoção do critério de julgamento pelo menor preço. Isso significa que os fornecedores interessados em fornecer os bens ou serviços em questão poderão apresentar suas propostas, e a escolha será feita com base na proposta que oferecer o menor preço, desde que atenda a todos os requisitos e especificações necessárias para o fornecimento.

10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

10.1. Não se aplica.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

11.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

11.2. A administração opta por não divulgar os valores referenciais. O sigilo do valor de referência é um auxiliar útil à Administração na busca pela proposta mais vantajosa, visto que, a depender da concorrência existente em razão do objeto, eventual divulgação poderia fazer o licitante se restringir a obedecer ao limite estabelecido, afastando eventual negociação efetivamente proveitosa. Assim, a ânsia em maximizar a obtenção de oferta mais proveitosa justifica, por si só, que a informação quede restrita aos autos do processo administrativo, em anexo complementar, conforme possibilita o art. 24 da Lei 14.133/2021.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE BONITO

11.3. Destarte, a divulgação do orçamento pode comprometer uma das finalidades do procedimento licitatório, a seleção da proposta mais vantajosa, de modo que a avaliação dos princípios administrativos incutidos no certame de faça necessária, em especial quando de eventual requerimento de divulgação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste **TERMO** correrão à conta do Programa de Trabalho do Orçamento da Prefeitura Municipal e por aquela que vier a substituí-la em exercício.

01- PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO

02 – PODER EXECUTIVO

02 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

020801 – GABINETE DO SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE

18.541.0109.2048.0000 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

3.3.90.00.00–APLICAÇÕES DIRETAS

FONTE: 1.500.0000

FICHA Nº426

Bonito/MS, 01 de junho de 2026.

Elaborado por:

Valdenir Roberto de Souza

Diretor de Departamento de Gestão e Conservação Ambiental

Aprovador por:

Thyago Sabino de Moraes

Secretário Municipal de Meio Ambiente